

Novos movimentos sociais econômicos: economia solidária e comércio justo

Everton Lazzaretti Picolotto

Bacharel em Ciências Sociais e Mestre em Extensão Rural pela UFSM,
Doutorando em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ. E-mail:
evpicolotto@yahoo.com.br.

RESUMO

O artigo objetiva compreender o que são os “novos movimentos sociais econômicos” e qual o papel destes diante do avanço da economia de mercado. Fazendo uso de elementos teóricos da “nova sociologia econômica” e da teoria dos “novos movimentos sociais”, analisa-se a constituição e o potencial destes movimentos. Como as teorias sociológicas contemporâneas colocam o conflito cultural como central, ganha relevância em nossa análise a possibilidade de transformação sociocultural produzida pelos movimentos. Neste aspecto, algumas transformações promovidas já são evidentes: no terreno dos valores ganha respaldo a solidariedade, o reconhecimento, a cooperação, o igualitarismo; a organização da produção pode basear-se no trabalho cooperativo e na autogestão; o consumo pode dar-se em bases onde o lucro ou o menor preço não sejam os únicos interesses das relações comerciais.



Foto: Rita Barreto

Palavras-Chave: movimentos sociais; economia solidária; comércio justo

ABSTRACT

The present paper aims at to understand what the “new economical social movements” are and which is the role of these regarded to the progress of the market economy. Making use of theoretical elements of the “new economical sociology” and of the theory of the “new social movements”, it is analyzed the constitution and the potential of these movements. Therefore, the more the contemporary sociological theories put the cultural conflict as its core, the more the possibilities of sociocultural transformation get its relevance in our analysis reached by the movements. In this aspect, some transformations promoted are already evident: in the realm of the values the solidarity, the recognition, the cooperation, the egalitarianism obtain support; the organization of production can be based on the cooperative work and in the self-management; and the consumption can be noticed in bases where the profit or the smallest price are not the only interests presents in trade relationships.

Index Terms: social movements; solidary economy; fair commerce

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, tem se constatado o avançar da ideologia do livre mercado em nível mundial e a retração da capacidade reguladora dos Estados Nacionais. Acompanhando estas mudanças, empresas capitalistas e governos de Estados adotaram medidas e políticas que, em conjunto, levaram a uma nova forma de capitalismo, caracterizado pela globalização das atividades econômicas centrais, pela flexibilidade organizacional e pelo fortalecimento do papel do capital vis-à-vis ao trabalho, com o declínio concomitante da influência do movimento dos trabalhadores. Além disso, o processo de globalização também impõe padrões comuns a todos os locais, na medida em que difunde uma mesma matriz produtiva baseada nas novas tecnologias, permitindo apagar as distâncias físicas (CASTELLS, 2005).

Estas mudanças afetaram drasticamente o paradigma do emprego assalariado estável. As conseqüências disso dizem respeito, antes de tudo, a um enfraquecimento dos vínculos sociais representados pelos direitos e pelas identidades forjados a partir da condição assalariada. O desemprego e subemprego se traduzem em uma miríade de formas precárias e vulneráveis de trabalho ou mesmo de sobrevivência. Nesse ambiente, a insegurança e a falta de horizontes marcam o comportamento individual, enquanto socialmente assiste-se a perda de coesão social.

Constata-se que nesse processo de globalização do capital, facilitado pelas novas tecnologias da informação, o trabalho humano também está cada vez mais sendo substituído pelo "trabalho puro" das máquinas (que podem ser geridas a distância). Os movimentos sociais, considerados os agentes centrais da transformação social, têm enfrentado grandes dificuldades para contrapor a tendência de seleção e exclusão humana promovida pelas novas tecnologias empregadas nos processos produtivos (CASTELLS, 2002).

Porém, se é verdade que os movimentos sociais têm tido pouco êxito na contraposição destes novos processos globais de acumulação capitalista, também é verdade que têm investido cada vez mais na conquista de direitos culturais, na preservação das identidades locais e, alguns deles, têm buscado também construir alternativas ao modo capitalista de produção e consumo. Em alguns casos há até mesmo movimentos que buscam resgatar da economia o social. Nesse sentido, Polanyi (2000), advertia, ainda na década de 1940, que a economia é um elemento da sociedade não a sua definidora, mas que o desenvolvimento de uma economia de mercado no ocidente logrou a proeza de tornar o mercado o definidor da sociedade.

Os movimentos sociais do período contemporâneo têm buscado produzir alternativas para propiciar a sobrevivência de setores sociais excluídos da sociedade de mercado ou para negar as relações econômicas de mercado. Para Santos (2002), é justamente nas ações dos movimentos sociais que se está construindo uma "globalização alternativa", contra-hegemônica, que pode estar se gestando novos caminhos para a "emancipação social". A economia solidária e o comércio justo são exemplos destes movimentos que têm se contraposto as tendências hegemônicas da globalização e têm feito uso de mecanismos econômicos para angariar demandas sociais. À especificidade destes últimos movimentos, Gendron *et al* (2006) têm atribuído a denominação de "novos movimentos sociais econômicos". O objetivo deste artigo é buscar compreender o que são os "novos movimentos sociais econômicos" e qual o papel destes diante do avanço em escala global da economia de mercado.

Em função dos movimentos em foco tratarem de questões econômicas este trabalho busca fazer um diálogo com elaborações teóricas da chamada "nova sociologia econômica". Este enfoque nasceu inspirado na noção de *embeddedness*, elaborada originalmente por Polanyi, e que Granovetter (1995;

2003) reinterpreto e aplico no estudo das dinâmicas dos mercados vistos como “extrapolações de redes sociais” (WILKINSON, 2002). Na concepção de Granovetter, a abordagem da nova sociologia econômica deve apoiar-se em duas proposições sociológicas fundamentais: “em primeiro lugar, a ação é sempre socialmente localizada e não pode ser explicada, fazendo-se referência, apenas, aos motivos individuais que possam tê-la ensejado; em segundo lugar, as instituições não brotam automaticamente, tomando uma forma incontornável; elas são constituídas socialmente” (GRANOVETTER apud STEINER, 2006, p.27-28).

Nesse enfoque, os mercados (como instituições) não podem ser vistos como pontos de encontro – neutros e impessoais – entre oferta e procura oriundos de atores cujas relações recíprocas limitam-se às que derivam dos sinais que recebem do funcionamento do sistema de preços, como concebe a economia neoclássica. Ao contrário, os mercados são estruturas sociais, isto é, formas recorrentes e estáveis de interação, submetidas a sanções (SWEDBERG, 2005).

Wilkinson (2002) também destaca os limites da teoria econômica para se pensar os micros e pequenos empreendimentos, sobretudo quando estes deixam de ser simples fornecedores dos atores dominantes e buscam inserção mais autônoma. Para este autor os referenciais da “nova sociologia econômica” podem fornecer elementos que permitem identificar os “aspectos dinâmicos dos mercados” e as contradições que se processam na busca de inserção e na “conquista de novos mercados”.

Outra categoria fundamental para analisar a atuação dos atores no universo econômico e das instituições⁴¹ é, segundo Fligstein (2007), a noção de “campo social”, inspirada na obra de Bourdieu. “Os campos se referem a situações nas quais grupos organizados de atores se reúnem e desenvolvem suas ações recíprocas face a face.” (id. p.64). Com esta noção, o que interessa Fligstein (2007) é observar como os campos de ação surgem, permanecem estáveis e podem ser transformados. Aliada a esta noção, Fligstein articula a noção de “habilidade social”, que permite ajudar a compreender como se opera a reprodução e a mudança social nos campos. A idéia de habilidade social compreende que alguns atores sociais podem induzir a cooperação dos outros atores. “A habilidade de motivar outros a tomar parte de uma ação coletiva é uma habilidade social que se prova crucial para a construção e reprodução de ordens sociais locais.” (id., p. 62).

Dessa forma, as regras a partir das quais um determinado mercado se regula não são fruto espontâneo de sua evolução, mas contam com a participação ativa dos atores sociais reorganizados. Além disso, a caracterização dos mercados enquanto “campos sociais” faz deles um permanente espaço de disputa – econômica, política, cultural – entre o que Fligstein (2007) chama de atores dominantes (hegemônicos) e atores desafiadores (questionadores). Assim, a nosso ver, os movimentos sociais desta quadra da história, podem ser considerados atores desafiadores dos campos da economia atual.

Este artigo está estruturado em três partes. Primeiramente, será necessário fazer uma breve discussão acerca da crise do “modelo clássico” de interpretação de movimentos sociais, a afirmação da teoria dos “novos movimentos sociais” para, em seguida, tratar dos antecedentes e da formação dos movimentos da economia solidária e do comércio justo como atores “desafiadores” nos campos e, por fim, analisar as transformações socioculturais produzidas por estes atores.

⁴¹ Para Fligstein (2007, p.64) “instituições são regras e significados compartilhados [...] que definem as relações sociais, ajudam a definir quem ocupa qual posição nestas relações e orientam a interação ao proporcionar aos atores quadros cognitivos ou conjuntos de significados para interpretar o comportamento dos outros.”

1. Movimento social como categoria sociológica

A noção de movimento social não é consensual nas ciências sociais. Autores como Alexander (1998) e Gohn (2000) apontam a existência de paradigmas divergentes⁴². Porém, segundo Alexander (1998), na história da teoria e das ciências sociais ocidentais, as mais importantes abordagens desses processos seguiram um quadro de referências estabelecido pela interpretação histórica das revoluções (modelo marxista). Os movimentos sociais foram identificados segundo o modelo dos movimentos revolucionários, entendidos como mobilizações de massa que visam apossar-se do poder de um Estado antagonico. De acordo com essa concepção, o objetivo dos revolucionários é substituir uma forma opressora de poder estatal por outra voltada para um fim distinto, mas que se utiliza de meios semelhantes.

Considera-se que o estudo dos movimentos sociais sob a abordagem clássica marxista centra-se na análise dos processos históricos globais, nas contradições materiais existentes e nas lutas entre as principais classes sociais presentes no processo de produção. As mudanças são sempre concebidas como fruto das contradições geradas pela oposição entre capital e trabalho, que contrapõem respectivamente a burguesia e o proletariado em uma luta ininterrupta: a luta de classes. Esta luta é concebida como o “motor da história”, cujo resultado ancora-se na suposição de que as contradições geradas por ela colaboram para a organização política do proletariado, permitindo criar as condições necessárias para a superação da ordem capitalista. O dirigente “histórico” do proletariado rumo à sua emancipação política e social é encarnado pelo partido operário. Tal estratagem não concede aos movimentos sociais alheios aos partidos, outro papel que não seja o de meras testemunhas do mal-estar social, incapazes por si só de iniciarem um processo de transformação das estruturas sociais. Neste modelo clássico, enfatiza-se o papel da violência e da coerção como táticas de luta, sendo as referências empíricas mais comuns a Revolução Francesa (1789) e a Revolução Russa (1917). O uso da força é percebido, também, como forma de garantir o controle das instituições aos revolucionários recém-chegados ao poder, defendendo-os de possíveis ofensivas contra-revolucionárias⁴³. Em resumo, os movimentos sociais são concebidos de maneira puramente instrumental, ou seja, “como meios mais eficientes para alcançar a distribuição radical dos bens” (ALEXANDER, 1998, p.05).

Para Gohn (2000), ao examinar-se as influências da obra de Marx, deve-se ter claro que ela inspirou duas grandes correntes de pensamento social. A primeira corrente marxista, denominada ortodoxa, seria inspirada no “Marx maduro” (trabalhos elaborados após 1850) e seus estudos sobre o desenvolvimento do capital, tendo privilegiado, em função disso, os fatores econômicos e macroestruturais da sociedade. Como expoentes que deram seguimento à teorização de Marx (maduro), destacam-se Lenin e Trotsky. A corrente marxista ortodoxa foi predominante na primeira metade do último século (até década de 60), principalmente em função da influência política que os

⁴² Alexander (1998) faz alusão a uma polarização de concepções entre o que chama de modelo clássico (europeu) que privilegia as interpretações históricas das revoluções (remetendo às determinações estruturais dos movimentos sociais) e uma interpretação norte-americana, que valoriza a organização e mobilização de recursos por atores sociais. Gohn (2000), também diferencia quatro grandes paradigmas de movimentos sociais, a saber: o marxista, o norte-americano, o dos novos movimentos sociais e o latino-americano.

⁴³ A freqüente associação dos movimentos sociais à idéia de revolução influenciou os mesmos a orientarem-se para o poder, à violência e ao controle. Isto levava a enfatizar as imagens simbólicas que representaram momentos de ruptura violenta (a ocupação da Bastilha, do Palácio de Inverno, greves gerais, ocupações de fábrica, etc.).

revolucionários russos tiveram⁴⁴. A segunda corrente liga-se ao “jovem Marx” e seus estudos sobre a consciência, a alienação, a ideologia, etc. Destes estudos originou-se uma tradição histórica-humanista (também conhecida como heterodoxa) que está representada principalmente nos trabalhos de Rosa Luxemburgo, Gramsci, Lukács e Escola de Frankfurt. Embora alguns destes autores tenham produzido ainda nas primeiras décadas do século XX, seus trabalhos foram mais valorizados academicamente a partir da década de 60, quando se difundiram severas críticas às concepções inspiradas no marxismo ortodoxo. A revisão crítica dos trabalhos das correntes ortodoxa e humanista deu origem tanto às abordagens que viriam a ser denominadas “neomarxistas”, quanto motivou, no estudo dos movimentos sociais, a emergência do paradigma dos “novos movimentos sociais”.

Com a crise da abordagem marxista a partir dos anos 60 (principalmente da corrente ortodoxa), surgiram concepções heterodoxas do marxismo, com variados graus de abandono dos pressupostos originários e interpretações que propõem novos referenciais para entender os novos fenômenos políticos e sociais. Muitos autores continuaram referenciando-se em elementos teóricos-chaves do marxismo, passando a ser chamados de neomarxistas. Seus estudos sobre os movimentos sociais vão, paulatinamente, abrandando o peso das determinações estruturais e assumindo pressupostos teóricos que dão maior autonomia de ação aos atores sociais. Essa transição recebeu influências do emergente paradigma dos novos movimentos sociais.

O paradigma dos Novos Movimentos Sociais (NMS) surgiu a partir da crítica à abordagem ortodoxa marxista e aos “esquemas utilitaristas e às teorias baseadas na lógica racional e estratégica dos atores” (GOHN, 2000, p.121). Sua preocupação consistia em analisar os movimentos sociais que surgiram, principalmente na Europa, a partir de 1960.

Uma das principais críticas dirigidas à abordagem marxista ortodoxa refere-se ao seu arcabouço teórico, que privilegia a análise das estruturas sociais (especialmente a econômica), consideradas como determinantes da ação humana. O paradigma dos NMS considera que isto limita a expressão da subjetividade dos indivíduos ao considerá-los como reflexo das determinações materiais. Do mesmo modo, subestimam-se as contribuições culturais e a ação criativa dos indivíduos na formação dos movimentos sociais. Assim, entende-se que a ênfase analítica nas determinações das estruturas sociais pode servir muito bem para explicar por que os movimentos surgem, mas revela-se incapaz de explicar como eles surgem e se mantêm no longo prazo (GOHN, 2000).

Gohn (2000) aponta algumas outras características básicas que compõem o quadro analítico da teoria dos novos movimentos sociais e que o distingue do marxista ortodoxo, a saber: a) a eliminação da centralidade de um sujeito pré-determinado e específico criado pelas contradições do capitalismo. Enquanto na abordagem marxista ortodoxa a problemática das classes sociais é a categoria central, utilizada tanto para refletir sobre as origens dos participantes dos movimentos sociais e seus interesses, quanto para identificar o programa ideológico que fundamenta as ações, no paradigma dos NMS é abrandado o peso das classes sociais. O novo sujeito é apresentado como um coletivo difuso, não hierarquizado, que luta pelos progressos da modernidade e, ao mesmo tempo, é crítico a ela, fundamentando as suas ações em valores tradicionais, solidários e comunitários; b) a política ganha centralidade nas análises, ao mesmo tempo em que amplia o seu leque de abrangência, passando a ser considerada como uma dimensão da vida social que abarca todas as práticas sociais. Há uma ênfase nas relações micro-sociais e culturais; c) a construção de um modelo teórico baseado na cultura, que apesar de fazer uso das bases marxistas que vêm a cultura

⁴⁴ Como consequência disso ocorreu a reprodução do partido leninista, como modelo e unidade básica de ação política do movimento operário em escala internacional.

como ideologia, afasta-se da noção de ideologia como falsa representação da realidade; e, d) os atores são analisados por dois aspectos: por suas ações coletivas e pela identidade coletiva criada no processo.

Junto a estas diferenças assinaladas, Neveau (2002), acrescenta que o objetivo dos NMS não é desafiar o Estado ou conquistar seu espaço no poder, mas principalmente construir espaços de autonomia e de reafirmar a independência de formas de sociabilidade privada. No âmbito da identidade dos atores, os NMS não reivindicam mais uma identidade de classe nem bandeiras de luta do movimento operário ou sindicalista, mas princípios identitários ligados a causas, temáticas, lugares, gêneros e minorias.

Seguindo esta discussão de mudança paradigmática desde a década de 1960, em livro recente, Touraine (2006, p.175) define movimento social como “o ator de um conflito, agindo com outros atores organizados, que lutam pelo uso social dos recursos culturais e materiais, aos quais os dois campos atribuem, tanto um como outro, uma importância central.”

Melucci (2001) destaca que os movimentos sociais contemporâneos apresentam-se mais como “redes de solidariedade” com fortes conotações culturais do que como movimentos classistas. Com isso, os diferencia dos atores políticos ou das organizações formais.

Castells (2002) destaca que em função das transformações ocorridas nos vários domínios das atividades humanas, atualmente estamos diante do conflito dos processos globais com as identidades locais. Nesse cenário, os movimentos sociais fazem uso de identidades coletivas com distintas funcionalidades, a saber: identidade legitimadora, de resistência e de projeto.⁴⁵

Melucci (2001), ao tratar da questão da identidade coletiva, vai além nessa discussão afirmando que a identidade não é um dado ou uma essência do movimento, como concebe Touraine, mas “um produto de trocas, negociações, decisões, conflito entre os atores” (id.). Assim, atribui à identidade coletiva uma definição “interativa e compartilhada” e isso significa: “construída e negociada através de um processo repetido de ativação das relações que ligam os atores” (id., p.69). Dessa forma, os processos de construção, manutenção, adaptação de uma identidade coletiva tem sempre dois ângulos para Melucci: “de um lado a complexidade interna de um ator, a pluralidade de orientações que o caracteriza; de outro a sua relação com o ambiente (outros atores, oportunidades/vínculos)” (id., p.69). Ou seja, a construção de identidade coletiva é resultado de um processo complexo de orientações internas do ator social e das relações que estabelece com outros atores.

Além de trabalhar a questão da identidade, Melucci (1996) destaca que a configuração das redes de articulação constitui um importante elemento para compreender os processos de mobilização, já que nessas estruturas os indivíduos interagem, se influenciam mutuamente e desenvolvem negociações visando a produzir os esquemas cognitivos e motivacionais para a ação coletiva. Para esse autor, o potencial de mobilização decorre de um conjunto de relações sociais e de uma percepção interativa e negociada das oportunidades e vínculos, comuns a certo número de indivíduos. As redes relacionais facilitam o processo de envolvimento, tornando menos onerosa para os indivíduos sua participação na ação coletiva. Assim, essas redes,

⁴⁵ Para Castells (2002): a) identidade legitimadora: é introduzida pelas instituições dominantes da sociedade com o intuito de expandir e racionalizar sua dominação se aplica a diversas teorias de nacionalismo; b) identidade de resistência: é criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferenciados dos que permeiam as instituições da sociedade; c) identidade de projeto: desenvolve-se quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social.

[...] constituem um nível intermediário fundamental para a compreensão dos processos de mobilização. Os indivíduos interagem, influenciam-se e negociam no interior dessas redes e produzem os quadros cognitivos e motivacionais necessários para a ação. [...] a estrutura dos incentivos aos quais é atribuído e reconhecido valor próprio, ocorre a partir das redes de relações que ligam os indivíduos. (id., p.67).

Por fim, segundo a concepção de Melucci (2001), na atualidade os movimentos sociais são os agentes centrais da renovação social, sua ação contribui na reflexão sobre a realidade concreta seja por apontarem problemas vivenciados seja por produzirem novas agendas tanto ao Estado, quanto a sociedade civil. “Os movimentos contemporâneos são profetas do presente⁴⁶. Não têm a força dos aparatos, mas a força da palavra. Anunciam a mudança possível, não para um futuro distante, mas para o presente da nossa vida” (id., p.21). Por mais paradoxal que pareça, o surgimento dos movimentos, segundo Melucci, já os caracteriza como vencedores, porque a sua simples existência já é o bastante para afetar os códigos culturais e os sistemas simbólicos dominantes. Assim, os movimentos influenciam a política na medida em que ampliam os seus limites, promovem modificações nas regras e procedimentos e incentivam novas formas de participação no interior das instituições. Sua influência pode ser percebida também na produção de novos modelos organizacionais, contribuindo como formadores de novas lideranças políticas para as instituições e organizações. Finalmente, os movimentos promovem mudanças na cultura e na moral, através da assimilação de novas linguagens e valores.

Como se desenvolveu acima, para os teóricos dos “novos movimentos sociais” (MELUCCI, 2001; CASTELLS, 2002; TOURAINE; 2006) o conflito central na sociedade atual se dá no campo cultural. Os movimentos sociais por excelência desta quadra da história são os que tratam de questões culturais, como: o feminista, o ambientalista, pacifista, étnico, juventude, entre outros. Questiona-se se os movimentos que tratam de problemáticas econômicas, como a economia solidária e o do comércio justo, podem ser incluídos nesta definição? Para responder esta questão será necessário tratar dos antecedentes, da formação dos movimentos e dos elementos que os constituem.

2. Movimentos da economia solidária e do comércio justo

Os movimentos que são concebidos atualmente como da economia solidária e do comércio justo têm vinculações históricas com o cooperativismo operário e o ideário socialista, surgidos com as lutas políticas contra a Revolução Industrial (séculos XVIII e XIX). O cooperativismo, criado por Owen (1771-1859), teve varias iniciativas na organização dos trabalhadores, destacando-se, segundo Singer (2003, p.117), a criação em Londres, em 1832, do Labour Exchange (Bolsa de Trabalho), “onde se intercambiavam produtos das cooperativas, a preços justos, calculados conforme as horas de trabalho gastas em sua produção.” Além do intercambio de produtos, a bolsa também emitia sua própria moeda sob a forma de notas que valiam horas de trabalho. Outras experiências, ligadas às iniciativas de Owen, que influenciam os atuais movimentos são: o “movimento das comunas” e as “cooperativas de consumo”. As “comunas” foram organizações que procuravam praticar o princípio da repartição baseadas na “necessidade” e na “capacidade” de cada indivíduo. As “cooperativas de consumo” são derivadas da experiência pioneira de Rochdale de 1844. O que notabilizou esta última iniciativa e a tornou modelo às posteriores foram seus princípios de

⁴⁶ “Como os profetas, ‘falam à frente’, anunciam aquilo que está se formando sem que ainda disso esteja clara a direção e lúcida a consciência” (MELUCCI, 2001, p.21).

funcionamento, a saber: igualdade política (cada cabeça um voto), livre entrada e saída do quadro social, neutralidade política e religiosa, prioridade a educação cooperativa e divisão periódica das "sobras" (SINGER, 2003).



Foto: Rita Barreto

A evolução das várias modalidades do cooperativismo foi diversa. Alguns empreendimentos ao procurarem competir na economia capitalista não se mostraram muito eficientes e definharam, outros passaram por ajustes para competir na economia capitalista e, com isso, afastaram-se dos princípios originais do

movimento. Esta situação, segundo Lopes Pinto (2006), fez com que o movimento cooperativista, principalmente no período pós-guerras (século XX), perdesse seu impulso transformador inicial e se adequasse, em graus variados, a economia de mercado. Contudo, em meio à crise do último quartel do século XX, resgata-se o sentido da "solidariedade democrática" em velhas ou novas formas de empreendimentos associados.

Para além da crise que afeta o emprego e o Estado de bem-estar, a emergência mais recente na Europa de práticas que resgatam o sentido democrático dos empreendimentos associados está ligada às mobilizações político-culturais dos movimentos sociais das décadas de 1960 e 1970 (CHANIAL; LAVILLE, 2002). As cooperativas de produção, organizadas a partir do controle dos trabalhadores de empresas em vias falência, estiveram presentes em meio aos momentos de 1968 e na crise dos anos 1970, mas não lograram muito sucesso em razão da desarticulação dos movimentos e do reaquecimento da economia capitalista. Porém, mais recentemente, com o aumento do desemprego estrutural e a incapacidade do Estado de regular e suprir as deficiências do mercado, os novos movimentos sociais têm procurado desenvolver estratégias que possibilitem a criação de mecanismos econômicos autônomos em várias partes do mundo. Criam-se cooperativas de trabalho, de produção, recuperam-se empresas falidas, trabalha-se "finanças solidárias", "empresas sociais", "redes de trocas", etc. Nesse ambiente, surge a "economia solidária", afirmando a autonomia e a dimensão política das estratégias econômicas de inserção social (LOPES PINTO, 2006).

Nesse mesmo ambiente de crises econômicas e de criação de experiências de organização próprias dos trabalhadores, também surgiram questionamentos às assimetrias do comércio mundial e propostas alternativas de comércio. Com este processo, ganharam impulso iniciativas como a do "comércio justo" que pretende, desde sua origem (nos anos 1950-60), diminuir as disparidades nas trocas comerciais entre os produtores dos países pobres (do Sul) e os compradores dos países ricos (do Norte). Trataremos, com maiores detalhes, os movimentos da economia solidária e do comércio justo.

3.1. Economia solidária como um novo movimento social econômico

As origens do que se concebe hoje como economia solidária se dão ainda nas experiências pioneiras de organização da produção, do trabalho e do consumo do movimento cooperativista e do ideário socialista, conforme já apontado acima. Singer e Souza (2000) destacam que a economia solidária não é criação intelectual de alguém, embora os grandes autores socialistas

denominados como “utópicos”, na primeira metade do século XIX (Owen, Fourier, Proudhon, etc.), tenham dado contribuições decisivas ao seu desenvolvimento. A economia solidária é uma auto-criação em processo contínuo de trabalhadores lutando contra o capitalismo. “Como tal ela não poderia preceder o capitalismo industrial, mas o acompanha como uma sombra, em toda a sua evolução”(id. p.13).

O que constitui a economia solidária é um “conjunto de experiências coletivas de trabalho, produção, comercialização e crédito, organizadas por princípios solidários e que aparecem sob diversas formas: cooperativas e associação de produtores, empresas autogestionárias, bancos comunitários, clubes de troca, e diversas organizações populares urbanas e rurais” (SINGER; SOUZA, 2000, p.123). Um conjunto de experiências de trabalhadores em luta contra relações capitalistas de produção e consumo e, ao mesmo tempo, de luta pela concretização de novas relações de trabalho e de distribuição da produção e da riqueza gerada. Em resumo, um movimento de trabalhadores intervindo na produção de sua história e procurando apresentar projetos para a sociedade.

Para o estudo deste movimento requer-se analisar alguns dos elementos que o constituem. Assim, destaca-se, inicialmente, que a “unidade típica” da economia solidária no Brasil é a cooperativa de produção. Este formato de cooperativa é regido por alguns princípios organizativos que podem ser destacados como: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que os utilizam para produzir; gestão democrática do empreendimento ou por participação direta (quando o número de cooperados não é demasiado) ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussão e negociação entre todos; destinação do excedente anual (denominado “sobras”) também por critérios acertados entre todos os cooperadores (SINGER; SOUZA, 2000).

As cooperativas de produção não surgem espontaneamente, são resultado de processos de acúmulo organizativo e de experiências históricas dos trabalhadores. Segundo Gaiger (2004), para a emergência de empreendimentos econômicos cooperativos e solidários deve haver necessariamente experiências históricas anteriores e a conjunção de algumas circunstâncias, a saber: a) a presença de setores populares com experiência em práticas associativas, comunitárias ou de classe nas quais forjaram uma identidade comum, criaram laços de confiança e desenvolveram competências para sua organização e para a defesa de seus interesses; b) a existência de organizações e lideranças populares genuínas, vinculadas nos movimentos de ação direta e nos sistemas de representação dos interesses coletivos próprios àqueles segmentos sociais; c) oportunidades favoráveis para que as práticas econômicas associativas sejam compatíveis com a economia popular dos trabalhadores, amoldando-se ao arranjos individuais, familiares e semi-coletivos que lhes asseguram a subsistência e que estão inscritos em sua experiência e nos seus círculos de relação e de influência.

Nesse sentido, segundo a concepção de Singer e Souza (2000), a economia solidária pode ser vista como o projeto socialista renovado, com o deslocamento da perspectiva revolucionária na direção de uma “verdadeira revolução cultural”. Para eles, o protagonismo do trabalho coletivo é primordial no processo de socialização e do controle dos meios de produção pelos trabalhadores. Assim, segundo esta concepção, a superação do modo capitalista poderá se dar pelo processo de transformação da força-de-trabalho social do capitalismo em sujeito coletivo de trabalho com propriedade social dos meios de produção. Em outras palavras, estaria se construindo (como projeto e como prática) uma nova estrutura socioeconômica com trabalho coletivo e propriedade coletiva.

Dessa forma, ao se tomar os sentidos mais expressivos contidos nas práticas da economia solidária é plausível supor que esta busca a extensão da

participação social sobre a organização da produção e distribuição da riqueza, que se encontra sob domínio privado. Tal como experiências participativas que incidem sobre a economia distributiva operada pelo Estado, a economia solidária estende o raio da ação política particularmente sobre a economia de mercado, responsável por organizar a produção da riqueza social. Assim, nesse movimento, procura-se estender o campo da ação da democracia do campo político para o econômico e abre-se caminho para buscar apagar a separação artificial entre política e economia que o capitalismo e a economia liberal estabeleceram (LOPES PINTO, 2006).

Tais práticas econômicas associadas trazem para o campo econômico a reflexão sugerida pelos movimentos sociais na década de 70. Ou seja, “também no econômico afirma-se a presença de novas energias utópicas voltadas para a construção e disputa de projetos de radicalidade democrática, da constituição de novos direitos, da socialização política, de novas identidades territoriais, de uma noção ampliada da esfera pública” (COELHO apud LOPES PINTO, 2006, p.74). As relações horizontais, de reciprocidade, que orientam as formas associativas podem estar estendendo sua incidência para além da economia com fins públicos – característica da atuação dos movimentos sociais, alcançando a economia privada, sob a hegemonia da economia de mercado.

Para Lopes Pinto (2006), com o desenvolvimento do movimento da economia solidária no Brasil, está se resgatando e requalificando o sentido público das relações mercantis. Decorrendo disso, novas condutas e percepções sobre a produção, o trabalho, o comércio, o financiamento, a técnica e o consumo – redefinem-se, por conseguinte, os próprios termos pelos quais se entende eficiência econômica e riqueza.

Destacam-se alguns desses novos sentidos derivados das práticas econômicas solidárias, conforme Lopes Pinto (2006): primeiramente, o reconhecimento da produção coletiva, associada, como possuindo uma função distributiva, por representar desconcentração de propriedade e resultados compartilhados, aproximando produção e reprodução⁴⁷. Em segundo lugar, os novos sentidos agem como conexões nas bases cooperativas da comercialização com os pólos da produção e consumo, ou na integração dos fluxos internos de uma dada cadeia produtiva, como sendo algo indispensável a uma distribuição equitativa da riqueza. A valorização e apropriação do território como espaço de reprodução da vida e convivência humana está fortemente presente nas redes de trocas entre indivíduos ou grupos. Resgata-se, assim, o valor social e a dimensão pública do território, como espaço da interação e da troca⁴⁸. Por fim, os novos sentidos também atuam, no caso das relações creditícias, na aproximação de agentes de crédito com as necessidades e potencialidades dos pretendentes, tratando o financiamento como meio e não como fim em si. As experiências de moedas sociais, da mesma forma, buscam resgatar a moeda como meio de troca, favorecendo as trocas materiais e simbólicas. As técnicas de gestão e produção são revistas à luz da exigência de se incrementar a cooperação e autogestão no âmbito dos empreendimentos, adequando-as igualmente aos novos sentidos impressos ao produto pelo trabalho associado.

⁴⁷ Quanto ao trabalho, “ao reconciliar o trabalhador com as condições e os resultados de seu labor, oferece-se a possibilidade de superar o caráter descartável e alienante da atividade produtiva, elevando-a a um novo patamar de satisfação de aspirações não apenas materiais ou monetárias. O trabalho fundado na solidariedade restitui as condições de reflexividade, impele à subjetivação, em cuja experiência estampa um conteúdo intrinsecamente axiológico e projetivo.” (GAIGER, *apud* LOPES PINTO, 2006, p.75).

⁴⁸ Esse resgate representa um contraponto ao esvaziamento do território produzido pela lógica da competição e do ganho que reduz o espaço ao seu aspecto funcional, como local de passagem ou de satisfação do interesse privado. Ao mesmo tempo, restitui o local como espaço de relações face a face.

Nesses termos, as práticas e significados da economia solidária impactam a própria percepção sobre o sentido de eficiência econômica. Se essa diz respeito ao máximo de benefício com o menor custo, deve-se perguntar sobre a qualidade daquele e a forma de medir esse. Caso se tome a lógica de mercado hegemônico, a maximização do lucro através da oferta de bens e serviços para a sociedade representa o benefício maior a ser alcançado. E o custo mínimo se faz invariavelmente pela redução da remuneração do trabalho empregado e pela extração em escala de matérias-primas. No caso da economia solidária, os benefícios sociais são extensivos porque sua produção se dá em base coletiva, associada, e seus resultados são compartilhados. Os custos, por sua vez, tendem a ser mínimos em relação à extensão dos benefícios gerados e, também, porque o próprio engajamento associativo torna-se fonte de benefícios.

Esses novos sentidos e práticas estão refletidos nas ações do movimento da economia solidária. No caso brasileiro, segundo Lopes Pinto (2006), as regulações e políticas públicas reivindicadas pelos empreendimentos solidários e pelas organizações mediadoras (ONGs, igrejas, sindicatos, universidades, associações representativas, etc.) apontam nessa direção. De um lado, a demanda por um aparato legal que reconheça e promova as práticas econômicas associadas, dotando-as de um estatuto próprio e possibilitando, assim, tratamento específico pelas legislações tributárias, financeiras e normatizadoras de compras governamentais. De outro, a oferta de suporte técnico e organizacional que não apenas fortaleça as unidades econômicas associadas, mas principalmente favoreça a sua integração econômica e territorial.

A organização deste movimento no Brasil se dá basicamente por redes e fóruns formais ou não que abrangem variados níveis (municipais, regionais, nacionais, setoriais, etc.) (LOPES PINTO, 2006; MELLO, 2006, CARNEIRO, 2007). Recentemente, com a articulação de um Fórum Brasileiro de Economia Solidária (criado em 2001, para congregar as principais organizações de economia solidária do Brasil) e a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (em 2003, no âmbito do Ministério do Trabalho do governo federal), este movimento tem influenciado a criação de políticas coordenadas que incluem todos os setores da economia solidária (MELLO, 2006). Através desta organização, tem sido possibilitado ao movimento a estruturação de ações em âmbito mais amplo (como o “Programa Economia Solidária em Desenvolvimento” do Ministério do Trabalho) e a implementação de políticas públicas específicas (como o “Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado” e o “Programa de Geração de Emprego e Renda”⁴⁹ do Ministério do Trabalho)⁵⁰.

Por fim, destaca-se que este movimento é um agente “desafiador” das instituições atuais e busca interferir em conflitos éticos e morais na medida em que crítica as relações de trabalho e de produção capitalistas e propõe relações baseadas na cooperação e na solidariedade. Este movimento também se expressa, tendo como foco a ampliação de direitos, principalmente quando vinculadas a políticas públicas, e a proposições de novas formas de se organizar as relações sociais, tendo em sua base características de uma re-significação cultural. Assim, este movimento aproxima redistribuição e reconhecimento, ou questões materiais e questões éticas, no momento em que coloca como seu objetivo gerar renda para os excluídos do sistema de mercado capitalista, tendo claro, que isso só é possível, na medida em que estes se re-posicionam diante dos processos de exclusão, tornando-os, portanto, participantes ativos do processo de construção dos significados de suas ações (CARNEIRO, 2007).

⁴⁹ Maiores detalhes ver o site do Ministério do Trabalho: <<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria>> .

⁵⁰ Para seguir os marcos deste trabalho não será possível descrever com maiores detalhes as várias formas de organização e as políticas executadas pelas organizações do movimento da economia solidária no Brasil. Trabalhos de maior fôlego sobre o movimento no Brasil e, mais especialmente, sobre sua organização encontram-se em Lopes Pinto (2006), em Mello (2006) e em Carneiro (2007).

3.2. Comércio justo como um novo movimento social econômico

As primeiras iniciativas do que hoje se denomina de comércio justo são atribuídas ao movimento cooperativista, como apontado acima, porém, existem autores que afirmam que este movimento surgiu em período mais recente⁵¹. Segundo Mascarenhas (2006), as iniciativas mais próximas do que se considera hoje comércio justo surgiram a partir de iniciativas de comércio Norte-Sul, deflagradas por organizações adeptas do desenvolvimento solidário nos EUA, na década de 50, e na Europa, nas décadas de 50 e 60. Essas iniciativas objetivavam estabelecer relações comerciais mais justas com países pobres do Sul, como as ex-colônias européias nas Américas Central e do Sul, na África e na Ásia.

Gendron *et al* (2006) destaca que as origens do movimento estão intrinsecamente ligadas a diversas iniciativas de comércio alternativo, englobando ações de perfil cooperativo, o comércio de caridade no período após a Segunda Guerra Mundial, o movimento da solidariedade internacional comércio para o desenvolvimento, impulsionado por movimentos sociais dos anos 60 e 70. Nesse último período, segundo a leitura de Mascarenhas (2007), as ações inicialmente desarticuladas dos diversos atores do Norte gradualmente foram se materializando num movimento com características identitárias mais definidas, principalmente após a Conferência da ONU de 1964. Nessa conferência, o lema "trade, not aid" marcou uma nova fase das relações Norte-Sul, quando os programas de ajuda internacional se mostraram insuficientes para promover o desenvolvimento de países do Sul e o comércio passou a ser considerado a principal ferramenta para esse objetivo.

A ênfase na defesa de direitos humanos e a inclusão, no seio do movimento, de questões como a do meio ambiente e maior equidade nas trocas internacionais, reconfiguraram sua face no mundo contemporâneo, revelando uma atitude em consonância com as novas plataformas culturais (direitos humanos, proteção de minorias e meio ambiente). Isso, em última análise, pode ser um indicador do seu fortalecimento e resiliência, dado ao caráter de sintonia com objetivos culturais (portanto de maior abrangência e potencial de penetração em várias organizações), a despeito de possíveis mudanças e adaptações em princípios e novos direcionamentos estratégicos de ação (alianças, pressões, acordos) na busca de meios para atingir seus fins em termos quantitativos (crescimento do mercado para produtos e serviços do comércio justo) e qualitativos (modificação dos padrões de comércio internacional, visando melhorar as condições de vida de produtores, trabalhadores e minorias, em países do Sul) (MASCARENHAS, 2007).

A partir desse direcionamento, o movimento do comércio justo, em algumas instâncias, passou a se constituir quase como um padrão de referência na busca de equidade nas relações de troca internacionais. Daí resulta que muitas empresas, governos, instituições multilaterais de comércio e ONGs procuram incorporar nas suas ações, com diversos graus de adesão, os princípios seguidos pelo movimento (maior justiça nas relações comerciais, responsabilidade social e ambiental, incentivo a produtores pobres e as etnias minoritárias, respeito aos direitos humanos, entre outros).

Por assumir características de identidade cultural, Gendron *et al*. (2006, p.11) incluem o comércio justo nas categorias de análise dos novos movimentos

⁵¹ Para Tallontire (*apud* MASCARENHAS, 2007) o Comércio Justo transformou-se de um movimento ligado à solidariedade, nos anos iniciais, para um movimento visando a uma parceria comercial, de acordo com as seguintes fases: Comércio da Boa Vontade (1950-60); Comércio Solidário (70-80); Comércio Mutuamente Benéfico para Produtores e Consumidores (90); Parcerias Comerciais (final dos 90 em diante).

sociais, considerando seu direcionamento como o controle coletivo de um projeto societal mais amplo. Em suas palavras:

A escola dos novos movimentos sociais parece ser mais apropriada para se compreender o fenômeno do Comércio Justo. Ela define movimento social como o controle coletivo de um projeto social alternativo, uma luta que não é direcionada ao Estado, mas [...] pode criar demandas institucionais, mais ao nível da historicidade, que é a orientação cultural da sociedade, do que no nível institucional, sob o qual os movimentos sociais são estudados.

Segundo Gendron *et al.* (2006), estes movimentos têm como forma de ação um forte investimento no sentido de atrair a atenção e esclarecer consumidores em relação a práticas injustas de comércio, num contexto onde a responsabilidade social empresarial crescentemente se torna um pré-requisito, e danos à reputação de uma empresa tem sensíveis impactos sobre sua performance no mercado. A incursão dos novos movimentos sociais na área econômica representa uma forma de se contrapor ao processo de commoditização trazido pela globalização da economia. Assim, a intervenção do movimento do comércio justo objetiva tornar o ato de consumo num ato essencialmente político, refletindo a identidade de um consumidor responsável, que também se globaliza e estende suas ações para além das fronteiras nacionais.

Nesse sentido, o objetivo do movimento do comércio justo é contribuir para o reconhecimento geral da desigualdade das trocas comerciais internacionais, na perspectiva de que, se corrigidas essas assimetrias, os países do Sul poderiam se desenvolver. Seu papel não é atuar diretamente na busca do desenvolvimento, mas criar as condições para que, ao menos no contexto do mercado, ele possa ser viabilizado. O movimento do comércio justo propõe uma alternativa ao sistema comercial, denunciando sua estrutura oligopolística e as desigualdades no poder comercial, na escalada tarifária e no protecionismo, que aprofundam as assimetrias já existentes nas trocas entre produtos elaborados do Norte, com maior valor agregado, com as mercadorias e commodities do Sul, de menor valor agregado (GENDRON, 2004). Pela sua proposta, o movimento busca eliminar a figura do mercado auto-regulador, como já advertia Polanyi, caracterizado pela busca compulsiva de lucros e da realização do auto-interesse, por uma nova concepção de mercado, regulado por princípios baseados na solidariedade e no reconhecimento de pessoas e trabalho por traz das mercadorias.

Para Goodman (2003), o comércio justo, ao desafiar o atual modelo de trocas Norte-Sul, busca criar uma economia moral de desenvolvimento alternativo. Esse autor cita duas características que os produtos do comércio justo têm como diferencial em relação as commodities convencionais. A primeira é que o consumo não é meramente o término de uma rede de mercadorias e alimentos, já que o ato de consumir representa a habilidade para se trabalhar e re-trabalhar a identidade do consumidor, sendo mais uma atitude de engajamento. O ato de consumir torna-se um posicionamento político, que se diferencia das formas usuais de mobilização. A segunda característica é que a produção e migração de várias formas de conhecimento nas redes de commodities são cruciais para sua criação e manutenção, sendo que significados são negociados nessas redes, refletindo conhecimentos, consumidores reflexivos e identidades. O que esse autor chama de "imaginário político e ecológico" do comércio justo não apenas comunica aos consumidores como uma mercadoria funciona, mas, principalmente, demonstra os efeitos do seu ato de consumo sobre uma comunidade em particular que cultivou esse produto. Ou seja, estabelece uma ligação social entre produtor e o consumidor. Este último vê no seu ato de consumir um poder que pode incentivar setores sociais que estão em

desvantagem econômica, ao mesmo tempo em que pode boicotar produtos de empresas que forem consideradas “injustas”.

Dessa forma, no movimento existem duas categorias de agentes sociais envolvidos: os produtores do Sul que é atribuído o papel de produzirem alimentos, artesanato, entre outros produtos, sob critérios que estejam de acordo os princípios do movimento e os consumidores do Norte que têm o papel de consumirem os produtos que até eles chegam através dos canais internacionais do “comércio justo” e fortalecerem o movimento. O que une estas duas categorias de participantes do movimento é a identidade do movimento que mobiliza os descontentes (tanto produtores quanto consumidores) com as assimetrias do comércio mundial e o objetivo de construir relações comerciais mais justas.

Vale destacar também que o movimento em nível internacional tem adotado recentemente uma nova frente de atuação que visa promover iniciativas de comércio justo nos países do Sul (relação Sul-Sul). Nesse sentido, no Brasil, existem diversas iniciativas ligadas a sistemas de produção alternativos (agricultura orgânica, agroecologia) e comercialização solidária (lojas alternativas, pontos de venda da economia solidária e de organizações sindicais, cooperativas de produtores) que se encaixam nos princípios do movimento. Há inclusive uma iniciativa que inovou com a proposta de um sistema de certificação participativo, a Rede Ecovida (Rio Grande do Sul). Essa organização, como outras, vem implementando práticas de comércio justo e consumo solidário voltados para processos de produção socialmente justos e baseados na agroecologia, associativismo e cooperativismo.

Destaca-se também que atores da economia solidária e de redes de finanças solidárias e desenvolvimento local têm participado, dentro de suas possibilidades, do movimento do comércio justo no País (MASCARENHAS, 2007). Além dessas, também se destaca a entrada de alguns princípios do movimento em algumas relações comerciais de grandes redes de supermercados, como o Carrefour e o Pão de Açúcar, que tem comprado alimentos e artesanato diretamente da agricultura familiar, produzidos sob critérios social e ambientalmente considerados adequados (WILKINSON, 2006, MASCARENHAS, 2007)⁵². Além destas iniciativas que estão dando formato ao movimento no Brasil, os atores deste movimento têm começado estruturar nos últimos anos (em 2005) um Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, como um coordenador das ações no País⁵³.

⁵² Segundo Mascarenhas (2007) o Programa “Caras do Brasil” do Grupo Pão de Açúcar ou CBD (que segue princípios semelhantes aos orientadores do movimento do comércio justo), “envolve 260 produtos, sendo que 90% dos quais são alimentos com algum nível de processamento e artesanatos, oriundos de organizações de pequenos produtores de 18 estados e envolvendo 4.500 pessoas (CBD, 2005). Esses produtos são comercializados em 12 lojas da rede em São Paulo e em uma do Rio de Janeiro, respectivamente o primeiro e o segundo maiores mercados do Brasil. De acordo com o Guia Exame (Exame, 2004), o grupo CBD investiu em torno de R\$ 600.000,00 nesse programa, cujos produtos alcançaram um faturamento equivalente a 0,02% do total comercializado em 9 das 12 lojas de São Paulo” (MASCARENHAS, 2007, p.135). Numa perspectiva semelhante a rede de supermercados Carrefour criou no Brasil o selo “Garantia de Origem” para identificar 42 produtos que seguem “cuidados” (critérios) de produção semelhantes aos praticados pelo movimento do comércio justo. “Esses cuidados, de acordo com o grupo, elevam os preços dos produtos entre 20% e 60% em relação aos convencionais, mas o objetivo é garantir aos consumidores “qualidade, segurança e boas condições sociais de produção”. O selo também viabiliza a exportação dos produtos para as lojas internacionais da rede. Em 2003, foram exportados US\$ 23 milhões em produtos certificados, representando um aumento de mais de 100% em relação a 2002, quando o montante foi de US\$ 11 milhões (CARREFOUR, 2005). No Brasil, esse programa envolve 60 fornecedores certificados, englobando principalmente produtores com respaldo econômico e tecnologia para atender aos padrões definidos pela rede” (MASCARENHAS, 2007, p.136).

⁵³ Em função dos limites deste trabalho não será possível descrever com maiores detalhes as organizações e estruturas do movimento no Brasil. Maiores detalhes sobre o movimento podem ser encontrados em Wilkinson (2006) e Mascarenhas (2007).

Na parte seguinte analisaremos algumas das transformações socioculturais promovidas pelos movimentos em foco.

3. Novos movimentos sociais econômicos e transformações socioculturais

Como se referiu acima, as teorias contemporâneas de movimentos sociais atribuem os movimentos da atualidade a tarefa de intervirem na transformação de questões culturais. Também se destacou que os movimentos da economia solidária e do comércio justo têm procurado produzir mecanismos econômicos visando à inclusão social e com isso têm promovido novos sentidos e novos valores para a produção, o consumo e o trabalho. Assim, entende-se que os movimentos têm contribuído na transformação de alguns elementos materiais e culturais da sociedade atual.

A economia solidária não pode ser entendida somente como uma alternativa de geração de renda ou como uma forma de recuperar empreendimentos falidos. Deve ser entendida como um movimento social que através de suas ações tem possibilitado transformações tanto materiais, quanto culturais na sociedade atual. No campo material, como se apontou, as ações deste movimento têm propiciado a organização de trabalhadores em estabelecimentos associados, criação de postos de trabalho, geração de renda, recuperação de empreendimentos falidos, entre outros. No campo cultural, as transformações produzidas referem-se principalmente ao cultivo de relações cooperativas, de solidariedade, de ajuda mútua, de reciprocidade; o fortalecimento das possibilidades de empreendimentos cooperativos e autogestionados terem sucesso (fortalecimento de experiências históricas); o desenvolvimento de habilidades sociais para o trabalho associado; consciência acerca do trabalho e da posse coletiva ser uma possibilidade; e, processos de construção de cidadania. Em resumo, as mudanças propiciadas no campo da cultura referem-se basicamente ao terreno dos valores e, neste caso, os valores trabalhados são basicamente: cooperação, solidariedade, igualitarismo e cidadania.

Assim, a especificidade do movimento da economia solidária é que ele não se centra somente na experimentação ou na busca de formas que possam incidir apenas superficialmente nos efeitos perniciosos do sistema de mercado. Vai além disso. Na dimensão econômica, a economia solidária tem como princípios, a solidariedade, a propriedade coletiva e a autogestão. As atividades solidárias se pautam em práticas participativas que buscam uma justa distribuição dos produtos produzidos e das riquezas geradas e a melhora das condições de vida de todos os participantes. Na dimensão sociopolítica, a economia solidária pode ser entendida como um movimento social que, além de ser uma alternativa de se organizar a vida social, assume o objetivo de contestar o modo capitalista de organização da produção e apresentar-se como uma alternativa a este. Neste sentido, se na dimensão sociocultural o objetivo é a retomada de valores como: reciprocidade, solidariedade, igualitarismo e cooperação; na dimensão política o objetivo é se posicionar diante dos processos de tal forma, que o lócus da produção material e simbólica possa ser contestado e re-significado. Assim, em sentido amplo, o movimento não se limita apenas a organização de empreendimentos falidos ou na criação de cooperativas, mas este tem buscado dar respostas, a sua maneira, as grandes questões atuais das sociedades capitalistas e tem se colocado como um construtor de uma nova ordem socioeconômica (socialista, segundo Singer). Ligado a estas possibilidades de transformação alia-se também o movimento do comércio justo.

O movimento do comércio justo ao romper com a noção de mercado auto-regulado e impessoal e ao adotar uma nova concepção de mercado baseado em laços de solidariedade entre produtor e consumidor produz mudanças materiais e

culturais importantes. No campo material, este movimento tem possibilitado mudanças em algumas relações mercadológicas “injustas” entre países do Sul com países do Norte, na medida em que se estruturaram redes de lojas de comércio justo em países da Europa e dos Estados Unidos (WILKINSON, 2006) e, mais recentemente, tem se desenvolvido iniciativas de estruturação de um “sistema brasileiro de comércio justo e solidário” (MASCARENHAS, 2007). Além disso, as ações do movimento têm representado melhorias na inserção econômica de produtores, que normalmente constituem-se de setores sociais excluídos, tais como: agricultores familiares, assentados de reforma agrária, remanescentes de quilombolas, indígenas, entre outros (como apontam estudos de LINS E PIRES, 2005, MASCARENHAS, 2007, TIBURCIO, 2007).

No campo das mudanças culturais, destaca-se que na medida em que os produtores e os consumidores têm consciência e domínio da “trajetória social dos produtos” os atos de produção e de consumo recebem um reconhecimento valorativo (positivado) de ambos, é gerada uma identidade entre o produtor e o consumidor e o consumo torna-se uma atitude de engajamento. Porém, para que este reconhecimento seja mantido e fortalecido o produtor deve atender a um conjunto de expectativa do comprador, que normalmente dizem respeito a processos de produção respeitosos tanto com as pessoas envolvidas, quanto com a natureza. Já pelo lado do consumidor, suas responsabilidades, para que o reconhecimento seja mantido, devem-se mais a continuidade do consumo e a disposição de pagar, em alguns casos, valores mais elevados (do que produtos similares) para viabilizar os produtores que atendem os princípios do movimento.

Dessa forma, o ato de consumo torna-se ao mesmo tempo um posicionamento político, na medida em que o consumidor escolhe conscientemente qual “relação de produção” ele está consumindo; e torna-se também uma forma de “ação coletiva” feita individualmente, na medida que o ato do consumo é feito de forma individual, mas inserido em um conjunto de princípios e valores compartilhados coletivamente (pelos participantes do movimento). Além disso, é estabelecida uma “ética relacional” que envolve uma rede de atores, a saber: consumidores, produtores, mercadorias e a natureza. Todos em relação a todos, cultivando valores comuns. Nesse sentido, o comércio justo é tanto “ético” quanto “político”, na medida em que mobiliza valores éticos e motiva posicionamentos políticos.

Outra mudança promovida pelo movimento do comércio justo que pode ser incluída no terreno cultural, refere-se ao estabelecimento de “laços fracos” (não no mesmo sentido definido por Granovetter 1973, mas em sentido metafórico) entre produtores organizados no movimento com grandes redes de supermercados. Nesse caso, a mudança reside justamente na entrada de alguns princípios do movimento em linhas de produtos, na medida em que empresas passam a adotar a chamada “responsabilidade social”. Com isso, algumas destas empresas (como citamos acima as redes de supermercados Carrefour e Pão de Açúcar) compram produtos direto de agricultores familiares ou artesãos possibilitando certo aumento da remuneração dos produtores ao buscar incentivar a produção segundo os princípios do movimento (eliminando também os intermediários da relação comercial). Estas relações podem ser consideradas “laços fracos” na medida em que estas organizações não possuem vinculações próximas e que estas oportunidades de relações comerciais provavelmente não irão aproximar estes atores, visto que eles se combatem no terreno ideológico.

Como se destacou a atuação destes movimentos se dá em campos em que os atores dominantes seguem instituições que estão de acordo com a economia de mercado global. Diante disso, os movimentos podem ser considerados atores “desafiadores” nestes campos (cf. FLIGSTEIN, 2007) e, em função desta condição, para que estes logrem sucesso é necessário que criem novas instituições. Porém, para criar novas instituições é necessário que os atores tenham “habilidades sociais”, ou seja, capacidades de motivar outros atores com

intuito de congregarem forças a tal ponto que seja possível promover transformações nos campos.

Apontou-se acima que o movimento da economia solidária no Brasil se utiliza de fóruns e redes em vários níveis para articular os empreendimentos associados e para organizar ações conjuntas e inclusive formou um Fórum Brasileiro de Economia Solidária e conseguiu influenciar a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária no governo federal. As organizações de comércio justo do Brasil, por sua vez, têm articulações com organizações internacionais que propiciam o estabelecimento de relações comerciais mais “justas” com lojas do movimento nos países do Norte e, mais recentemente, têm buscado construir um Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário. A formação destas instituições pode ser um indicativo de que os movimentos em foco têm tido relativo sucesso na estruturação de alternativas aos setores sociais excluídos, mas também indica que este é um processo em curso e que ainda está em formato inconcluso e que dependerá, em grande medida, da “habilidade social” dos atores para fortalecer-se no campo econômico.

Seguindo este raciocínio, Santos e Rodríguez (2002, p.35-7) apontam as experiências de “produção solidária” e das “cooperativas de trabalho”, desenvolvidas por estes movimentos, como instituições “prometedoras para a criação de alternativas de produção emancipadoras”. Os autores destacam quatro razões do potencial emancipatório dos movimentos, a saber: em primeiro lugar, as cooperativas são alternativas factíveis frente a economia centralizada, pois estas são organizadas de acordo com princípios e estruturas não capitalistas e, ao mesmo tempo operam em uma economia de mercado; em segundo lugar, as cooperativas podem responder com eficiências diante das características do mercado global contemporâneo, por dois motivos: por um lado, as cooperativas tendem a ser mais produtivas do que as empresas capitalistas, porque os “trabalhadores-proprietários” têm mais incentivo para produzir, uma vez que beneficiam-se diretamente do aumento da produtividade e diminuem os custos com supervisão; por outro lado, diante da “especialização flexível” da economia, as cooperativas podem ajustar-se facilmente as oscilações, motivar a participação ativa e inovadora dos trabalhadores na produção e de inserir-se em redes de cooperação econômica, em outras palavras, formar uma “economia cooperativa”; em terceiro lugar, como os trabalhadores são donos da cooperativa a difusão das cooperativas tem efeito direto na distribuição da propriedade na economia; em quarto lugar, as cooperativas ampliam os princípios de democracia até o âmbito econômico e, com isso, ampliam os princípios da cidadania até à gestão das empresas. Junto a estas quatro razões apontadas por Santos e Rodríguez, acrescenta-se o “consumo político” como uma quinta. Este último representa a constituição de uma instituição que possibilita tornar o consumo uma forma de inserir-se em uma ação coletiva feita individualmente, mas que tem implicações em elementos da economia, pois pode fortalecer empreendimentos e relações de produção consideradas “justas” pelo consumidor.

Por fim, se faz necessário frisar que os novos movimentos sociais econômicos tratados ao fazerem uso de mecanismos econômicos para promover inclusão social têm atuado também, dentro de suas possibilidades, no terreno cultural. Algumas transformações promovidas já são evidentes, como se apontou, no terreno dos valores ganham respaldo a solidariedade, o reconhecimento, a cooperação, o igualitarismo; as relações de produção podem basear-se no trabalho cooperativo e na autogestão; o consumo podem se dar em bases onde o lucro ou o menor custo não sejam os únicos interesses da relação; entre outras. Nesse sentido, os movimentos estão atuando na resolução de questões centrais da sociedade atual e têm logrado certo sucesso em suas investidas. Resta saber o potencial histórico destes movimentos, o alcance de suas “habilidades sociais” e se estes conseguirão não só tirar proveito das contradições do capitalismo atual,

mas criarem novas possibilidades de organização socioeconômicas e levarem a cabo as transformações. Neste sentido a história está aberta.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALEXANDER, Jeffrey C. **Ação coletiva, cultura e sociedade civil**. Revista brasileira de ciências sociais. v. 13, n. 37, p. 05-30, jun 1998.

CARNEIRO, Vanderson G. **O movimento social da economia solidária**. Belo Horizonte: DCP-FAFICH/ UFMG, 2007.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **A sociedade em rede**. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CHANIAL, Philippe; LAVILLE, Jean-Louis. **L'économie solidaire: une question politique**. Mouvements – L'économie sociale et solidaire: un projet politique, nº19: 11-20, jan-fév, 2002.

FLIGSTEIN, Neil. **Habilidade social e a teoria dos campos**. REA – Revista de administração de empresas, v. 47, n. 2, abr./jun., p. 61-80, 2007.

FRANÇA, Genauto C.; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz I. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

GENDRON, Corinne. **Un nouveau mouvement socioéconomique au coeur d'une autre mondialisation: le commerce équitable**. Montreal: UQAM, 2004.

GENDRON, Corinne et al. **The institutionalization of Fair Trade: more than a degraded form of social action**. Journal of Business Ethics, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

GRANOVETTER, Mark. **The strength of weak ties**. American journal of sociology, v.78, n. 6, may 1973.

_____. **Getting a job: a study of contacts and careers**. Chicago: Chicago University Press, 1995.

_____. **Acção econômica e estrutura social: o problema da incrustação**. In: PEIXOTO, João; MARQUES, Rafael. (org.) **A nova sociologia econômica**. Oieras: Celta Editora, 2003.

GOODMAN, M. K. **Reading fair trade: political ecological imaginary and the moral economy of fair trade foods**. Santa Cruz: University of California, 2003.

LINS, M. L.; PIRES, S. **Estratégias coletivas locais e inserção nos mercados globais: A experiência Coopercaju**, Unircoop. Vol.3, n. 1, set 2005.

LOPES PINTO, João R. **Economia solidária: de volta à arte da associação**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

MASCARENHAS, Gilberto. **O movimento do comércio justo e solidário no Brasil: entre a solidariedade e o mercado**. CPDA/UFRRJ (Tese de Doutorado), 2007.

MELLO, Ruth E. S. **Economia solidária: de movimento social à objeto de políticas públicas – limites e possibilidades na relação com o Estado**. CPDA/UFRRJ (Dissertação de Mestrado), 2006).

MELUCCI, Alberto. **Challenging codes: collective action in the age of information**. Cambridge Press, 1996.

_____. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

- NEVEAU, E. **Sociologie des mouvements sociaux**. 3.ed. Paris: La Decouvert, 2002.
- POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000.
- SANTOS, Boaventura S. (org.). **Produzir para viver**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002.
- _____. Prefácio. In: SANTOS, Boaventura S. (org.). **Produzir para viver**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002.
- SANTOS, Boaventura S.; RODRÍGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura S. (org.). **Produzir para viver**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002.
- SINGER, Paol. Economia solidária. In: CATTANI, Antonio D. (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- SINGER, Paol; SOUZA, A. (orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.
- STEINER, Philippe. **A sociologia econômica**. São Paulo: Atlas, 2006.
- SWEDBERG, Richard. Markets in society In: SMELSER, Neil J.; SWEDBERG, Richard. **The handbook of economic sociology**. 2. ed. Princeton: Princeton University Press e Sage Editions, 2005.
- TIBURCIO, B. A. **Comércio justo e solidário: estratégia de inserção dos produtos da comunidade remanescente de quilombo do Kalunga nos mercados**. Revista Brasileira de Agroecologia, v.2, n.1, fev. 2007.
- TOURAINÉ, A. **Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- WILKINSON, John. **Sociologia econômica, a teoria das convenções e o fortalecimento dos mercados**. Ensaios FEE, v. 23, n. 2, p. 805-825, 2002.
- _____. **Fair trade moves centre stage**. Rio de Janeiro: The Edelstein Center for Social Research, 2006.